

LICENÇA DE OPERAÇÃO**Nº13/2016**

O Município de Pejuçara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ 87.566.188/0001-18 com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 597, Pejuçara/RS – CEP 98.270-000, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução CONSEMA nº 158/2007 e Lei Complementar nº 140/2011, e baseado na Lei Federal nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274/1990, e nas Leis municipais vigentes, e com base nos autos do protocolo municipal nº 168/2016, expede a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO**, nas condições e restrições abaixo especificadas:

REQUERENTE: ASÉLIO SCHAEFER**CPF:** 307.599.600-97**ENDEREÇO:** LOCALIDADE DE PASSO DO INGLÊS, INTERIOR**MUNICÍPIO:** PEJUÇARA**CODRAM:** 111,40**POTENCIAL POLUIDOR:** MÉDIO**PORTE:** PEQUENO

Relativo à atividade de IRRIGAÇÃO POR ASPERSÃO/ LOCALIZADA, com área útil total de 64,00 hectares, localizada na Localidade de Passo do Inglês, área rural do município de Pejuçara, sob as coordenadas geográficas Lat – 28.5461111° e Long – 53.5280555° e em área registrada sob matrículas nº 35.695, nº 5.076 e nº 3.950 no Registro de Imóveis de Cruz Alta.

Projeto Técnico:

JADERSON HENKE DA SILVA – TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA – CREA RS209971 – ART Nº 8843201

COM AS SEGUINTESS CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. O sistema de irrigação por aspersão é dotado dos seguintes equipamentos:

| | Tipo de Equipamento | Área Irrigada (Ha) | Vazão (m³/s) | Latitude | Longitude |
|----|----------------------------|---------------------------|---------------------|-----------------|------------------|
| 1. | Pivô | 21,94 | 0,049 | -28.54728253°S | -53.521855548°W |
| 2. | Pivô | 42,35 | 0,049 | -28.55116806°S | -53.51766071°W |



2. Todos os produtores envolvidos com o licenciamento desse empreendimento (proprietários, arrendatários/parceiros ou outros) deverão obedecer aos termos, condições e restrições impostas nesta licença.
3. O sistema de irrigação será utilizado em lavouras de soja e milho pelo método de aspersão, conforme apresentado no projeto para obtenção desta licença.
4. O sistema de irrigação se localiza na Bacia Hidrográfica do Rio Uruguai - Sub - Bacia do Rio Ijuí e os recursos a serem utilizados são:

| Recurso Hídrico | Área Irrigada (Ha) | Vazão (m ³ /s) | Latitude | Longitude |
|-----------------|--------------------|---------------------------|-------------|-------------|
| Captação | 64,00 | 0,05 | -28°32'49"S | -53°31'40"W |
| Açude | 64,00 | 0,05 | -28°32'46"S | -53°31'41"W |

5. **Esta licença só terá validade acompanhada da Outorga de Direito de Uso da Água em vigor**, para todos os pontos de captação ou documento com mesmo valor perante a legislação ambiental. Ressalta-se que a emissão desta licença foi amparada pela Portaria DRH n° 1089/2016, a qual autoriza a captação e reservação de águas superficiais, com interveniência em uma sanga sem denominação específica, através de um sistema composto por captação, canal e açude, construído no ponto de coordenadas geográficas 28°32'49"S e 53°31'40"W, na Agropecuária Dois Coqueiros, Localidade de Passo do Inglês, no município de Santa Bárbara do Sul, na Bacia Hidrográfica do Rio Ijuí.

5.1 A captação no curso d'água é de 0,05 m³/s, com um regime de derivação por gravidade de 24 horas por dia, 4 (quatro) dias da semana, no período de setembro a março.

5.2 O canal abastece o açude com vazão de 0,05 m³/s, possui 80 m de comprimento, altura da lâmina d'água de 0,11 m e capacidade 0,05m³/s.

5.3 A reservação é de 5.000 m³ de água e a captação é de 0,05 m³/s, com regime de bombeamento de 24 horas por dia, 4 (quatro) dias da semana, no período de setembro a março.

5.4 **Esta autorização de Outorga de Direito de Uso da Água está condicionada à execução de proteção no talude de montante do açude, cujo projeto adotado deverá ser encaminhado ao Departamento de Recursos Hídricos e após aprovação o mesmo deverá ser encaminhado ao Departamento Municipal de Meio Ambiente, para ser anexado a licença ambiental.**





5.5 Deverá ser mantida, à jusante da captação, a vazão mínima para manutenção da vida aquática e de outros usos de água existentes.

5.6 A área de irrigação deverá ser de 64,00 hectares conforme Portaria DRH 1089/2016.

6. Não poderá haver corte de vegetação nativa em qualquer estágio de regeneração sem o devido licenciamento emitido pelo órgão ambiental competente.

7. Não poderá ser utilizado fogo ou queimadas nas florestas ou demais formas de vegetação natural, conforme estabelecido no art. 28 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.

8. O xaxim (*Dicsonia sellowiana*), bem como o palmito (*Euterpe edulis* Mart) provenientes de floresta nativa da Mata Atlântica, não podem ser coletados, industrializados, comercializados e transportados, conforme estabelece o art. 31 e 32 da Lei Estadual nº 9.519, de 21 de janeiro de 1992.

9. São espécies definidas como imunes ao corte em todo o território do Rio Grande do Sul o pinheiro (*Araucaria angustifolia*), o algarrobo (*Prosopis nigra*), o inhadvá (*P. affinis*), as figueiras nativas do gênero *Ficus*, corticeiras do gênero *Erythina*, conforme arts. 14, 33 e 34 da Lei Estadual nº 9.519, 21 de janeiro de 1992.

10. É vetado o uso de capina química para construção ou manutenção de estradas ou canais.

11. A área irrigada, ocupada com a instalação do pivô, não poderá exceder a 64,00 hectares.

12. Deverão ser dispostas na propriedade, sinalizações indicativas quanto à proibição de caça, pesca e apreensão de animais silvestres.

13. Deverão ser adotadas medidas conservacionistas, com vistas a evitar a erosão do solo e o assoreamento dos recursos hídricos da região, no entorno e nos taludes laterais de todas as obras componentes do sistema de irrigação, constituído por canais/ levantes/ lagoas/ estradas/ barragens.

14. Não é permitido o uso ou a construção de qualquer obra que altere a hidrodinâmica do curso hídrico, tais como diques de contenção, atacados ou lagoões, sem a devida outorga expedida pelo Departamento de Recursos Hídricos - DRH e o devido licenciamento ambiental pelo órgão ambiental competente.

15. Não poderá haver qualquer tipo de lançamento de resíduos/ despejos nos recursos hídricos ou em áreas de uso agrícola e Áreas de Preservação Permanente.

16. Deverá ser instalada tela protetora na entrada da tubulação de sucção das bombas que evite a passagem de alevinos das espécies ocorrentes, conforme art 1º da Portaria nº 12-N do Ministério da Agricultura (Superintendência do Desenvolvimento da Pesca), de 7 de abril de 1982.





17. A aquisição de agrotóxicos e outros insumos deve ser realizada mediante orientação técnica de profissionais devidamente habilitados, conforme estabelece as Leis Federais nº 7.802, de 11 de julho de 1989 e nº 9.974 de 6 de junho de 2000.
18. A aplicação aérea de agrotóxicos deverá ser efetuada por empresas licenciadas junto a FEPAM, devendo ser tomados cuidados em relação às condições atmosféricas, condições de vôo, etc., com vista a evitar danos a terceiros e resguardadas as distâncias previstas na legislação específica, de casas, estradas e recursos hídricos, devendo ainda, ter acompanhamento de responsável técnico. Ressalta-se que não poderá haver aplicação em áreas situadas a uma distância mínima de 500 metros de povoação (cidades, vilas, bairros) e de mananciais de captação de água para abastecimento público; e de 250 metros de quaisquer mananciais de água, moradias isoladas, agrupamentos de animais de criação, capões de mata nativa e quaisquer outras áreas de culturas agrícolas e florestais que não sejam alvo da aplicação.
19. O armazenamento de combustíveis e produtos agroquímicos deverá atender as recomendações técnicas e as exigências dos setores de saúde, agricultura e meio ambiente, e estar de acordo com as normas técnicas da ABNT nº 9843/87 e 1183/88, e com a Lei Estadual nº 9.921/93 e Decreto Estadual nº 38.356/98.
20. O uso de agrotóxicos para o controle de formigas-cortadores, insetos fitófagos e organismos fitopatogênicos porventura ocorrentes, deverá seguir as recomendações técnicas descritas em receituários agrônômicos ou florestais.
21. A água da lavagem dos pulverizadores deverá ser coletada para a reutilização ou para aplicação direta na lavoura.
22. No caso de utilização de agrotóxicos herbicidas, o empreendedor não poderá, em hipótese alguma, atingir ou danificar, mesmo que por deriva, as áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.
23. Após o uso dos agrotóxicos, o usuário deverá fazer a tríplice lavagem das embalagens, para após efetuar a sua devolução, junto aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, ou nos estabelecimentos indicados por este ou pelo poder público local, no prazo de até um ano, contado a partir da data de compra, conforme estabelecido pelas Leis Federais nº 7.802/1989, 9.974/2000 e 10.305/2010.
24. Caso a atividade utilize óleos lubrificantes, as embalagens plásticas deverão ser devolvidas nos pontos de venda, para que sejam encaminhadas para os fornecedores que deverão dar a destinação final, conforme estabelece a Lei Federal nº 10.305/2010.
25. O local da troca de óleo lubrificante deverá possuir bacia de contenção sobre piso de concreto, para armazenagem de óleo lubrificante usado em tonéis. A bacia de contenção deve ser calculada para conter





todo o volume do(s) tonel(is), não sendo aceito tanque subterrâneo para armazenagem de óleo lubrificante usado.

26. Os tanques de armazenagem deverão ser aéreos, dotados de bacia de contenção para conter eventuais vazamentos, conforme NBR n° 7.505/95 e 17.505/2006 da ABNT.

27. A pista de abastecimento de veículos deverá possuir piso impermeável na área de abastecimento de veículos e máquinas, com drenagem periférica (sem possibilidade de infiltrações para o subsolo) conectada com caixa separadora de água/óleo.

28. O abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental na FEPAM.

29. A lavagem de veículos (carros, caminhões, tratores, etc.), máquinas e equipamentos, deverá ser realizada em rampas ou áreas dotadas de piso impermeável com drenagem para caixa separadora água/óleo.

30. Deverá ser fixada, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação da presente licença, devendo ser mantida durante todo o período de vigência desta licença.

Documentos a serem enviados para a renovação da Licença de Operação:

1. Requerimento assinado pelo empreendedor, solicitando a renovação da Licença de Operação;
2. Cópia desta Licença de Operação;
3. Comprovante de pagamento dos custos dos serviços de licenciamento;
4. Formulário para a atividade de irrigação devidamente preenchido;
5. Laudo Técnico contendo a demarcação das Áreas de Preservação Permanente, localização da Reserva Legal, e justificativa locacional da barragem ou açude a ser construído.
6. Laudo técnico de Fauna e Flora da área a ser utilizada para o sistema de irrigação e construção de barragem ou açude, com parecer conclusivo sobre a necessidade de supressão de vegetação e possível interferência em área de preservação permanente.
7. Projeto do sistema de irrigação (açude, pontos de captação, canais, lavouras, instalações elétricas, drenagem), dados da obra (barragem/açude: área alagada e perímetro, material utilizado, vazão, medidas do maciço/taipa e do vertedouro); (dique: dimensões, perfil); (canal: dimensões, área alagada); estações de recalque, com memorial descritivo, assinado pelo técnico responsável, proprietário(s) e empreendedor(es).
8. Cópia da ART do técnico responsável habilitado pelo licenciamento, projeto e execução do sistema de irrigação.
09. AUTORIZAÇÃO para CONSTRUÇÃO da obra, expedido pelo Departamento de Recursos Hídricos/SEMA.





10. OUTORGA DE DIREITO DE USO DA ÁGUA, expedido pelo Departamento de Recursos Hídricos/SEMA ou Agência Nacional de Águas (ANA).
11. Certidão Negativa de Débitos Municipais;
12. Cópia do CPF e RG do empreendedor ou CNPJ;
13. Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos produzidos na execução desta atividade (lubrificantes, agrotóxicos, etc..), com conteúdo mínimo elencado no art. 21 da Lei Federal nº 12.305/2010.

Havendo alteração nos atos constitutivos, o empreendedor deverá apresentar, imediatamente, cópia da mesma a SEMADE, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento.

Esta licença é válida para as condições acima elencadas até 19/12/2020. Em caso de descumprimento de algum prazo estabelecido nesta Licença, a mesma perderá automaticamente a validade. Do mesmo modo, este documento perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade, ou não sejam apresentados ao Departamento de Meio Ambiente os documentos que por ventura foram solicitados no ato de emissão desta licença.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais.

Esta Licença deverá estar disponível no local do Empreendimento para efeito de fiscalização.

Esta licença é válida para as Condições/Restrições acima no período de:

19/12/2016 à 19/12/2020

Pejuçara/RS, 19 de dezembro de 2016.

EDUARDO BUZZATTI

Prefeito Municipal

IRINEU PEREIRA DA COSTA

Sec. Mun. de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico

FELIPE OBERDORFER

Engenheiro Agrônomo e Licenciador Ambiental

